



Preço: 1 €
Classe: Geral
Data: 16.04.2015

Periodicidade: Diário
Tiragem: 33 000
Página: 01



MORAIS LEITÃO
GALVÃO TELES
SOARES DA SILVA

União Europeia.
Comissão
aperta cerco
às práticas
da Google

// PÁGS. 2-3



União Europeia. Comissão aperta cerco às práticas da Google



A comunicação de objecções da Comissão Europeia é um primeiro aviso à actuação da empresa norte-americana no espaço europeu. Os eurodeputados estão contentes porque isso vai obrigar a uma mudança de atitude por parte da empresa. A Google garante que, hoje em dia, há mais escolha e competição de companhias norte-americanas em todo o espaço digital na Europa

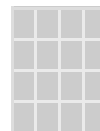
FRANCISCO CASTELO BRANCO
francisco.branco@ionline.pt

A Comissão Europeia emitiu uma comunicação de objecções na qual acusa a Google de estar a exercer uma posição dominante no mercado digital europeu ao favorecer sistematicamente os seus serviços de comparação de preços nas páginas de pesquisa. De acordo com as autoridades europeias, "a conduta exercida pela empresa tecnológica infringe as regras de concorrência da União Europeia porque afasta os outros competidores e prejudica os consumidores". As sanções contra a companhia norte-americana não se ficam por aqui. A comissão liderada por Jean-Claude Juncker iniciou mais uma investigação pelo comportamento nos sistemas Android. O procedimento visa perceber se a Google fez acordos que também configuram o abuso de posição dominante nas aplicações para telemóveis. A imprensa diz que a multa pode chegar aos seis mil milhões de dólares. Numa nota emitida à imprensa, a comissão da Concorrência e do Mercado Digital, Margrethe Vestager, disse que "o objectivo da

Comissão passa por garantir a aplicação das regras de concorrência por parte das empresas que operam na Europa, para não negar aos consumidores europeus uma escolha ampla". Margrethe Vestager acrescentou: "Preocupa-me que a Google tenha oferecido uma vantagem injusta para o seu serviço de compras."

Os eurodeputados receberam com satisfação a notícia da posição assumida pela Comissão Europeia. O membro do Partido Popular Europeu Andreas Schwab disse ao *i* que "as objecções mostram que a Comissão está preocupada com eventuais distorções na concorrência". O eurodeputado entende que "a decisão é sinal de que a União Europeia defende os princípios do mercado social e económico, além da justa competitividade na Europa". Schwab considera que "as leis da concorrência necessitam de ser utilizadas para estabilizar um mercado aberto com oportunidades para todos". O alemão garante que "as futuras propostas legislativas vão tornar o espaço europeu um lugar interessante para os serviços digitais".

O eurodeputado espanhol



Ramon Tremosa i Balcells lamenta que a decisão "só tenha sido proferida cinco anos após a empresa ter conquistado o monopólio na Europa". Balcells recorda que, "nos últimos quatro anos, muitas empresas europeias declararam bancarrota". No entanto, o membro do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa acredita que "a comunicação de objecções é o ponto de partida para que a concorrência seja jogada ao mesmo nível no mercado de pesquisas, em benefício dos consumidores". O parlamentar não tem dúvidas de que "só com uma ameaça ou acção a Google iria alterar o seu comportamento", razão pela qual esta decisão "marca o fim das más práticas da empresa norte-americana".

O português Carlos Zorrinho não tem a mesma visão que os seus colegas no Parlamento Europeu. O eurodeputado do Partido Socialista Europeu explica que, "nestas situações, o normal é haver muita dúvida aos antecedentes históricos". O socialista entende que "as sucessivas multas não são a solução para resolver o problema da competitividade". A falta de concorrência

no mercado digital europeu criada pela presença do gigante norte-americano é uma oportunidade para a União Europeia apostar nas novas tecnologias. Carlos Zorrinho revelou que foi criado "um grupo chamado União Digital para responder em conjunto ao actual modelo de concorrência", tendo acrescentado que "a Europa tem de estar na primeira linha da frente da era digital". Na sua opinião, "em termos de globalização, os países europeus estão a ficar para trás. O que há de novo para regular à escala global são as questões digitais".

RESPOSTA Numa nota distribuída à imprensa, a Google refutou todas as acusações. Os responsáveis afirmam que não há razões para acusar a empresa de dano aos consumidores e restantes competidores, como é o caso da Yelp, Axel Springer, Expedia e TripAdvisor. A fundamentação baseia-se na existência de mais alternativas do que havia há uns anos. No mercado europeu estão a Bing, a Yahoo e a Quora, além de se ter registado um aumento de pesquisas através do Facebook, Twitter e outras plataformas que vão surgindo.

A empresa tem estado sob a mira do Parlamento e Comissão Europeia

MARK BLINCH/REUTERS

Caso Google deverá ser resolvido nos tribunais europeus

A empresa tem dez semanas para responder por escrito e, se quiser, oralmente

A comunicação de objecções da Comissão Europeia corresponde a uma acusação no âmbito de um processo que envolva suspeitas das regras contempladas no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. As práticas da Google configuram um abuso de posição dominante, que é uma das situações mais graves de violação do direito da concorrência.

O advogado Luís Nascimento Ferreira explica ao *i* que, "embora a comunicação de objecções revista a natureza de uma apreciação preliminar da Comissão sobre o caso, ela constitui uma etapa processual importante e avançada da investigação". Na sua opinião, o procedimento adoptado pela Comissão "cristaliza juridicamente os principais factos e provas de que dispõe contra a empresa, através de um parecer detalhado e ponderado sobre a infracção imputada e as sanções que poderão resultar". O especialista em assuntos europeus e da con-

corrência afirma que "a empresa tem dez semanas para exercer o direito ao contraditório por escrito e, se assim o entender, através de uma audição oral". Luís Nascimento Ferreira assegura que "a audição oral permite às partes envolvidas desenvolver e complementar os seus argumentos, bem como uma discussão mais aberta sobre a coima que poderá vir a ser aplicada". O jurista acredita que "o processo seja resolvido nos tribunais da União Europeia, já que a investigação poderá vir a ter um desfecho condenatório, devido ao histórico das decisões em casos antitrust nos mercados de telecomunicações". No entanto, ainda há a possibilidade de as duas partes encetarem novas rondas de negociações nos próximos meses.

O aviso das entidades europeias pode ter sido o último antes de se avançar para uma aplicação pecuniária. A imprensa diz que o valor se situa nos seis mil milhões de dólares. Luís Nascimento Ferreira entende que esta possibilidade se deve "ao facto de a Comissão Europeia ter deixado a nota de que tem em curso várias investigações contra o gigante tecnológico".

O especialista não quis antecipar uma resposta em relação à questão de se saber quem tem razão, uma vez que é necessário esperar pela resposta da Google. Contudo, Luís Nascimento Ferreira refere que "o fundo do caso parece reportar-se a uma situação de alavancagem, a partir da posição aparentemente dominante da Google no mercado de serviços de pesquisa na internet, para o mercado dos comparadores de compras online". O advogado explica por que razão "podemos estar perante uma violação grave das regras de concorrência", que poderá conduzir a pesadas sanções. Em primeiro lugar, a dimensão da empresa. Em segundo, o potencial impacto na concorrência. Por último, a estimada duração da putativa infracção, porque a Google presta os serviços desde 2002.

As práticas da empresa constituem uma grave violação das regras

A comunicação de objecções é uma etapa avançada da investigação